



Número: **0018625-50.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 12ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOAO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA (AUTOR)	ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) sharon Stéphanie Lins Barros (ADVOGADO)
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
69882 968	21/10/2020 20:09	Sentença	Sentença
69996 724	23/10/2020 12:15	Certidão	Certidão
69996 726	23/10/2020 12:15	18625-50.2020 SEGURADORA LIDER 12B	Aviso de recebimento (AR)
71290 270	19/11/2020 14:28	Intimação	Intimação
71292 284	20/11/2020 15:50	Alvará	Alvará
71432 959	23/11/2020 12:29	Impressão de alvará	Petição em PDF



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810303

Processo nº **0018625-50.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOAO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por JOÃO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA contra MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Diz a parte autora que sofreu um acidente de trânsito em 28/04/2019, resultando em debilidade permanente em virtude de lesões em seu membro inferior direito.

Afirma que recebeu pagamento extrajudicial no montante de R\$ 2.362,50.

Pugna pela condenação da ré em indenização equivalente a R\$ 11.137,50.

Devidamente citada, as rés apresentaram contestação (ID 64216577)

Arguiu, preliminarmente, a ausência de documento indispensável (laudo do IML).

Sustenta, em apertada síntese, que o pagamento feito em sede extrajudicial atendeu aos requisitos da Lei 11.945/2009, respeitando-se o grau de invalidez e que o autor não conseguiu provar que caberia indenização em valor mais elevado. Pugna ainda pelo depoimento pessoal da parte autora.

Foi realizada perícia por *expert* de confiança do juízo em ID nº 67744357 e, sobre o laudo, ambas as partes se manifestaram, conforme ID's 68464238 e 69185264.

É o relatório.

Decido.

A ação comporta julgamento antecipado, eis que incidente na hipótese do art. 355, I do CPC.

Antes de adentrar ao mérito, rechaço a preliminar trazida com a contestação, uma vez desnecessário o documento do IML, visto que foi feita perícia por médico de confiança do juízo.

Ademais, destaque-se ainda a desnecessidade de oitiva do autor, uma vez que o caso dos autos prescinde apenas de prova pericial para o exame da questão, estando o feito apto a julgamento, uma vez que foi feita perícia por médico de confiança do juízo.

O caso em análise deve ser visto em estrita obediência à Lei nº 6.194/74.

Diante do laudo elaborado por perito nomeado pelo juízo, pode-se constatar que a parte autora sofreu uma lesão no membro inferior direito. Segundo a tabela da Lei nº 11.945/2009, danos nesta parte do corpo impõem uma indenização correspondente a 70% do teto estabelecido. Assim, inicialmente, a parte autora faria jus a uma indenização no valor de R\$ 9.450,00.

Ocorre que, a referida Lei impõe ainda que, além dessa primeira análise, seja feita outra,



que deve levar em conta a intensidade da lesão. Esse, inclusive, é o entendimento sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (enunciado da súmula 474, STJ^[1]).

Assim, o perito indicou que foi a lesão foi média, cabendo a indenização em 50% do valor obtido na primeira análise.

Dessa forma, chega-se à conclusão que deveria a parte autora receber o valor de R\$ 4.725,00.

Como o próprio demandante informa já ter recebido a quantia de R\$ 2.362,50, cabível a complementação no montante de R\$ 2.362,50.

Assim, julgo procedente em parte o pedido para condenar a ré ao pagamento da indenização no valor de R\$ 2.362,50, quantia a que faz jus o autor pela lesão de grau médio sofrida em seu membro inferior direito. Tal valor deve ser acrescido de correção monetária, através da tabela encoge, a partir do evento danoso, além de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

Considerando a sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% do valor devido de custas. Quanto aos honorários, cada uma resta condenada no montante de R\$ 400,00 para o advogado da parte contrária. Alerto que a parte autora é beneficiária da gratuidade, estando a condenação suspensa para ela.

Havendo valores a liberar ao perito, expeça-se alvará.

Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e archive-se.

Caso haja recurso, considerando que a hipótese dos autos não trata dos arts. 331 (indeferimento da inicial), 332 (improcedência liminar) e 485, § 7º (sentença terminativa), do CPC, intime-se a parte apelada para, querendo apresentar contrarrazões. Atente-se a Diretoria Cível ao disposto no art. 1.009, §§ 1º e 2º do NCPC, intimando a parte recorrente para se manifestar, caso sejam suscitadas em contrarrazões as questões resolvidas na fase de conhecimento que não comportaram agravo de instrumento.

Após, remetam-se os autos ao TJPE, em conformidade com o que dispõe o art. 1.010, § 3º, do NCPC.

^[1] A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

P. R. I.

RECIFE, 21 de outubro de 2020

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0018625-50.2020.8.17.2001

AUTOR: JOAO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a intimação de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de outubro de 2020

CRISTIANA DE CARVALHO SANTOS

Diretoria Cível do 1º Grau



REENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATARIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME DO REMETENTE / NOM DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
Endereço: Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP:
20031-205

0018625-50.2020.8.17.2001 ID 60680946
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

1

UF PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DECLARE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DO RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR
MONIQUE SHIRLEY DE
RG: 12.410.530-2

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR /
SIGNATURE DE L'AGENT

Danilo Carrilho dos Anjos
Mat: 8.902.044-6

24 JUN 2020
RIO DE JANEIRO RJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 X 186mm





AVISO DE RECEBIMENTO	AR
AVIS CN07	

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 657 333 700R

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

1/2 JUN 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGF SÃO JOSÉ

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NON OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

RETÓRIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL	
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR	
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº	
LUA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900	
BRASIL BRÉSIL	

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

□	□	□	□	□	□	□	□
---	---	---	---	---	---	---	---





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0018625-50.2020.8.17.2001

AUTOR: JOAO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 12ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 69882968, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por JOÃO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA contra MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. Diz a parte autora que sofreu um acidente de trânsito em 28/04/2019, resultando em debilidade permanente em virtude de lesões em seu membro inferior direito. Afirma que recebeu pagamento extrajudicial no montante de R\$ 2.362,50. Pugna pela condenação da ré em indenização equivalente a R\$ 11.137,50. Devidamente citada, as rés apresentaram contestação (ID 64216577) Arguiu, preliminarmente, a ausência de documento indispensável (laudo do IML). Sustenta, em apertada síntese, que o pagamento feito em sede extrajudicial atendeu aos requisitos da Lei 11.945/2009, respeitando-se o grau de invalidez e que o autor não conseguiu provar que caberia indenização em valor mais elevado. Pugna ainda pelo depoimento pessoal da parte autora. Foi realizada perícia por expert de confiança do juízo em ID nº 67744357 e, sobre o laudo, ambas as partes se manifestaram, conforme ID's 68464238 e 69185264. É o relatório. Decido. A ação comporta julgamento antecipado, eis que incidente na hipótese do art. 355, I do CPC. Antes de adentrar ao mérito, rechaço a preliminar trazida com a contestação, uma vez desnecessário o documento do IML, visto que foi feita perícia por médico de confiança do juízo. Ademais, destaque-se ainda a desnecessidade de oitiva do autor, uma vez que o caso dos autos prescinde apenas de prova pericial para o exame da questão, estando o feito apto a julgamento, uma vez que foi feita perícia por médico de confiança do juízo. O caso em análise deve ser visto em estrita obediência à Lei nº 6.194/74. Diante do laudo elaborado por perito nomeado pelo juízo, pode-se constatar que a parte autora sofreu uma lesão no membro inferior direito. Segundo a tabela da Lei nº 11.945/2009, danos nesta parte do corpo impõem uma indenização correspondente a 70% do teto estabelecido. Assim, inicialmente, a parte autora faria jus a uma indenização no valor de R\$ 9.450,00. Ocorre que, a referida Lei impõe ainda que, além dessa primeira análise, seja feita outra, que deve levar em conta a intensidade da lesão. Esse, inclusive, é o entendimento sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (enunciado da súmula 474, STJ[1]). Assim, o perito indicou que foi a lesão foi média, cabendo a indenização em 50% do valor obtido na primeira análise. Dessa forma, chega-se à conclusão que deveria a parte autora receber o valor de R\$ 4.725,00. Como o próprio demandante informa já ter recebido a quantia de R\$ 2.362,50, cabível a complementação no montante de R\$ 2.362,50. Assim, julgo procedente em parte o pedido para condenar a ré ao pagamento da indenização no valor de R\$ 2.362,50, quantia a que faz jus o autor pela lesão de grau médio sofrida em seu membro inferior direito. Tal valor deve ser acrescido de correção monetária, através da tabela encoge, a partir do evento danoso, além de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Considerando a sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% do valor devido de custas. Quanto aos honorários, cada uma resta condenada no montante de R\$ 400,00 para o advogado da parte contrária. Alerto que a parte autora é beneficiária da gratuidade, estando a condenação suspensa para ela. Havendo valores a liberar ao perito, expeça-se alvará. Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e archive-se. Caso haja recurso, considerando que a hipótese dos autos não trata dos arts. 331 (indeferimento da inicial), 332 (improcedência liminar) e 485, § 7º (sentença terminativa), do CPC, intime-se a parte apelada para, querendo apresentar contrarrazões. Atente-se a Diretoria Cível ao disposto no art. 1.009, §§ 1º e 2º do NCPC, intimando a parte recorrente para se manifestar, caso sejam suscitadas em contrarrazões as questões resolvidas na fase de conhecimento que não comportaram agravo de



instrumento. Após, remetam-se os autos ao TJPE, em conformidade com o que dispõe o art. 1.010, § 3º, do NCPC. [1] A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. P. R. I. RECIFE, 21 de outubro de 2020 Juiz(a) de Direito "

RECIFE, 19 de novembro de 2020.

LANA HELANE REIS RAPOSO

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0018625-50.2020.8.17.2001

AUTOR: JOAO BATISTA ALVES COUTO DE LIMA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 12ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.

DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA - OPERAÇÃO - CONTA 2717 040 01799213-6

Tudo conforme **Sentença de ID 69882968**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "(...) *Havendo valores a liberar ao perito, expeça-se alvará. (...)*".

Eu, LANA HELANE REIS RAPOSO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 19 de novembro de 2020.

CARMEN MAGALHÃES DE ANDRADE PEDROSA

Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

MARCUS VINICIUS NONATO RABELO TORRES

Juiz(a) de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.
Grato.

